

#### ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ARTIGOS 43, 49 E 52 DO REGIMENTO INTERNO



#### PROCESSO LEGISLATIVO Nº 028/2023

### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 6.617/2023

# <u>RELATÓRIO</u>

Na abertura do Crédito Adicional Especial, o Poder Executivo incluirá a **Ação** "Indenizações e Despesas de Exercícios Anteriores" no **Programa** "Educação de Qualidade para Todos", da Secretaria Municipal de Educação, e nos Anexos das Leis referentes ao Plano Plurianual de 2022/2025 e às Diretrizes Orçamentárias para 2023.

A Autoridade Administrativa, ao elaborar o Projeto, cumpriu as exigências previstas no artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, e as normas gerais de direito financeiro, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, indicando os elementos necessários de definição orçamentário-financeira.

A Proposta também se reveste de legalidade e constitucionalidade, e foi elaborada de acordo com a boa técnica legislativa. Sendo assim, diante da relevância administrativa da Matéria, oriento pelo seu seguimento para apreciação da CCJR e emissão de parecer.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2023.

. Of the second second

Vereador Dhonatan Pagani Relator/CCJR

1.17 7.70

PCZS

c :

and the contract of the contra

The state of the state of



#### ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN
COMISSÃO DERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTICA E RED.

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO ARTIGOS 43, 49 E 52 DO REGIMENTO INTERNO

### PROCESSO LEGISLATIVO Nº 028/2023

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 6.617/2023

## PARECER DA CCJR Nº 024/2023

O Relator apresentou análise detalhada do Projeto de Lei Ordinária nº 6.617/23, que tem o objetivo de restituir o saldo oriundo de rendimento de aplicação financeira relativa ao Convênio de Transporte Escolar do Programa Ir e Vir.

Portanto, considerando os fundamentos expostos no Relatório, bem como a legalidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e relevância administrativa da Matéria, a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO emite Parecer Favorável, para que o Projeto de Lei seja deliberado em Plenário.

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2023.

Vereador Dhonatan Pagani PRESIDENTE ereador Clerida Alves SECRETÁRIA

and the state of the last of the same for the same

Vereador Wilson Tabalipa MEMBRO

PCZS